



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

BRUNA GURGEL DE ARAGÃO

ALIENAÇÃO OU EMANCIPAÇÃO:
A EDUCAÇÃO E O SEU PAPEL NA SOCIEDADE

RIO DE JANEIRO

2016

BRUNA GURGEL DE ARAGÃO

**ALIENAÇÃO OU EMANCIPAÇÃO:
A EDUCAÇÃO E O SEU PAPEL NA SOCIEDADE**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia, Escola de Educação, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Dalton José Alves

RIO DE JANEIRO

2016.

BRUNA GURGEL DE ARAGÃO

**ALIENAÇÃO OU EMANCIPAÇÃO:
A EDUCAÇÃO E O SEU PAPEL NA SOCIEDADE**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia, Escola de Educação, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Aprovada em __ / ____ / 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Dr.º DALTON JOSÉ ALVES
(ORIENTADOR)

Prof.ª. Dr.ª. JANE SANTOS DA SILVA
(EXAMINADORA)

RIO DE JANEIRO

2016.

Dedico esse trabalho primeiramente a Deus, meu criador e minha razão de viver. Dedico também a minha irmã Suelen que é meu suporte e minha parceira nas tribulações e nos momentos de glória

AGRADECIMENTOS

Agradeço principalmente a Deus, razão do meu viver, sem o qual este Trabalho não seria uma realidade; Aos meus pais, João e Cristina, que dentro das possibilidades e limites, me deram o apoio necessário durante minha trajetória na universidade; Aos meus queridos irmãos, Gabriel e Leandra. À minha amada irmã mais velha e por várias vezes mãe, Suelen, que esteve presente em todos os momentos, fáceis e difíceis, alegres e tristes, da minha vida acadêmica, familiar e pessoal, um anjo enviado por Deus para me guiar e me dar força e coragem para seguir em frente, pois sem dúvida, sem o apoio dela, eu não estaria aqui hoje. Ela é minha inspiração como pessoa e profissional.

Agradeço ao meu tio Luís e primo Leonardo que me ajudaram em tempos difíceis, e principalmente agradeço à minha tia e madrinha Sílvia, que sempre cuidou de mim como se fosse sua filha, me dando muito conforto e carinho.

Agradeço às amigas maravilhosas que construí ao longo do curso de Pedagogia, especialmente minha amiga Daniela que me acompanhou em todos os momentos da trajetória universitária: nas aulas, trabalhos em grupo, provas, estágios, palestras, viagens, e também, é claro, nos momentos de lazer: festas, shoppings, além do ombro amigo sempre disponível durante meus problemas; Aos meus amigos de longa data, amigos de infância, amigos de escola, que mantenho contato até hoje e que sempre torceram pelo meu sucesso; Aos amigos recentes que, apesar de pouco tempo de convívio, possuem uma importância significativa em minha vida, especialmente Thayane e Lucas que aturaram minhas crises de tensão e ansiedade devido à vida acadêmica e sempre me ajudavam da melhor forma possível;

Agradeço também ao meu professor e orientador Dalton José Alves, por ter me proporcionado riquíssimos debates e discussões sobre educação e trabalho, por todo o conhecimento a mim passado e ensinado a produzir, por também ter me ensinado a enxergar a realidade social para além da aparência, chegando à sua essência, enfim, por

toda a orientação para que este Trabalho fosse produzido e, finalmente por toda a paciência e compreensão neste meu tumultuado final de graduação.

Agradeço a todo o excelente corpo docente da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, pela excepcional formação dada a seus estudantes, pelos maravilhosos encontros em salas de aula, pelas trocas realizadas entre professor e aluno, por terem sido responsáveis pela minha progressão como pessoa e por terem despertado minha visão crítica da sociedade em que vivo, fazendo-me descobrir uma paixão pela profissão docente.

Enfim, a todos que de maneira direta ou indireta me ajudaram e estiveram presentes na minha vida durante este maravilhoso, inesquecível e indescritível período chamado universidade. A todos aqueles que contribuíram no meu processo de formação profissional, proporcionando-me o imenso orgulho de tornar-me uma Pedagoga.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo discutir o papel da educação na sociedade apresentando as contraditórias funções da educação como instrumento ideológico de formação. Com isso, busca-se aprofundar o conceito de alienação e de educação pela lógica do capital a fim de refletir sobre as práticas dos professores em um mundo capitalista. Dessa forma, procura-se evidenciar como a educação, de acordo com a ideologia implantada, pode contribuir para uma alienação do ser humano ou para a emancipação do mesmo. Assim como buscar formas e ações de resistência que possam impedir a destruição da educação pública de interesse social, pois é através da união e da mobilização que se torna possível resistir aos ataques do capitalismo, permitindo assim alcançar as transformações que tanto desejamos.

Palavras-chave: Educação; Sociedade; Emancipação; Alienação; Capitalismo.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the role of education in society presenting the conflicting functions of education as an ideological instrument training. Thus, we seek to deepen the concept of alienation and education by the logic of capital in order to reflect on the teachers' practices in a capitalist world. Thus, we try to show how education, according to the implanted ideology, can contribute to the alienation of the human being or for the emancipation of the same. As well as to seek ways and resistance actions that can prevent the destruction of public education of social interest, for it is through unity and mobilization that it is possible to resist the attacks of capitalism, thus achieving the changes we so desire.

Keywords: Education; Society; Emancipation; Sale; Capitalism.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	CAPÍTULO I - ALIENAÇÃO EM MARX E UMA POSSÍVEL TOMADA DE CONSCIÊNCIA	12
3	CAPÍTULO II - EDUCAÇÃO A SERVIÇO DO CAPITAL: UMA ANÁLISE SOBRE O ATUAL CENÁRIO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	17
4	CAPÍTULO III - A EDUCAÇÃO COMO MEDIADORA DA EMANCIPAÇÃO HUMANA: A PRÁXIS PEDAGÓGICA SOCIALISTA	23
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29

INTRODUÇÃO

O surgimento da alienação, segundo a teoria marxiana, se dá através do processo de produção material da vida que foi construída ao longo da história da sociedade. Para Marx, a alienação seria uma condição onde o trabalho torna-se para o indivíduo um instrumento de escravização, perdendo sua condição de humano em sua relação com o trabalho. Por sua vez, a alienação da sociedade origina-se a partir do momento que alguns indivíduos ou grupos se apropriam dos meios de produção fundamentais: a terra, os instrumentos de trabalho, os prédios, galpões, o capital etc onde ocorre a perda a posse dos meios de produção por parte dos trabalhadores, e sucessivamente a exploração e dominação dos mesmos. Neste momento surge duas classes antagônicas, a classe dos proprietários privados dos meios de produção e os não proprietários, forçando por isto estes últimos ao trabalho forçado ou por necessidade para os proprietários em troca de um salário ou seus bens de subsistência.

Contudo não podemos dizer que a alienação resulta somente do trabalho ou exerce influência somente das pessoas que trabalham, mas também é fruto de um processo de desenvolvimento histórico-social, baseado em um passado de divisões, injustiças e explorações dos homens. Ou seja, para que a alienação econômica e social se sustente, é necessária também o concurso da alienação cultural como justificativa ideológica das condições de vida existentes.

Nesse sentido, observamos que a educação, entendida como mediação, torna-se um fator “determinante” na formação humana, pois ela contribui tanto mediação da elevação do grau de consciência político social do sujeito, bem como serve de mediação da alienação.

Embora existam políticas educacionais e projetos pedagógicos que em seus objetivos gerais apresentam como sua finalidade a formação do ser humano cidadão, atuante e protagonista na construção de sua própria história social, essas mesmas políticas impõe, de fato, modelos educacionais que buscam cada vez mais a alienação e a exclusão do ser humano.

Dessa forma é de extrema importância refletir sobre essa consciência, motivada em diferentes espaços de formação do homem – principalmente na escola, pois a mesma assume papel essencial uma vez que é através dela que se dá a construção de uma sociedade que permitirá que os homens sejam efetivamente livres.

Conforme as constantes transformações do capital, no qual se busca novas formas de exploração e acúmulo de riquezas, a educação, seja por meio de sua mercantilização (a proliferação das escolas particulares) ou por meio da transformação da educação pública em um instrumento de formatação de uma força de trabalho barata, mas produtiva, também adere a essa dinâmica do capital.

Considerando a educação um instrumento de formação ideológica, ela pode atender aos interesses do capital, alienando o indivíduo, ou então pode ser uma arma para combater a alienação, contribuindo com o processo de luta pela libertação do indivíduo através da construção de sua consciência crítica. Dessa forma, o trabalho docente torna-se um fator relevante nessa formação ideológica, pois exerce um papel de mediador do conhecimento.

Contudo, para um trabalho docente embasado, são necessárias pesquisas bibliográficas que fortifiquem uma base teórica para que se discuta a respeito de uma pedagogia que promova a reflexão e o debate da realidade educacional em que atuamos, pois é através da união e da mobilização que se torna possível resistir aos ataques do capitalismo, permitindo assim alcançar transformações que sejam positivas para a sociedade.

A partir das análises bibliográficas sobre a temática e meus conhecimentos adquiridos ao longo do curso, tenho por objetivo neste trabalho destacar a importância da educação como mediadora da emancipação humana; analisando o papel da educação na sociedade atual pela lógica do capital, a sua contribuição para uma alienação do indivíduo ou para a emancipação do mesmo, elaborar pressupostos que orientem a

reflexão sobre as práticas dos professores numa realidade capitalista, a fim de transformar a educação em um instrumento mediador de libertação para uma consciência crítica.

Por meio dessa perspectiva, esta pesquisa foi desenvolvida em três capítulos. Em seu primeiro, pretendo aprofundar o conceito de alienação em Marx e discorrer sobre uma possível tomada de consciência. No segundo capítulo, uma discussão sobre a função alienadora da educação, que servia e ainda serve à lógica do capital na sociedade. Por fim, no 3º Capítulo, uma análise sobre o papel da educação como mediadora da emancipação do homem, dando ênfase ao poder de libertação do conhecimento e a função que a educação pode exercer em libertar os trabalhadores da alienação do capital.

CAPÍTULO I

ALIENAÇÃO EM MARX E UMA POSSÍVEL TOMADA DE CONSCIÊNCIA

Em sua obra “Manuscritos Econômico-Filosóficos”, Marx (2004) aborda o conceito de alienação, que, segundo ele, corresponde a um processo de exteriorização de uma essência humana e do “estranhamento” desta atividade enquanto tal, ou seja, a partir da lógica capitalista no processo de divisão do trabalho, o trabalhador não reconhece mais o valor do seu trabalho, pois é desapropriado de seus meios de produção e passa a não reconhecer mais o produto que produz.

Esse processo de divisão do trabalho não foi apenas uma divisão de tarefas entre os trabalhadores, mas também ocasionou o surgimento de diferentes formas de propriedade no seio de uma determinada sociedade e num determinado tempo histórico. Assim, as relações de propriedade determinaram a separação entre os instrumentos ou meios utilizados para o trabalho e o próprio trabalho, ou seja, no processo de divisão do trabalho nem sempre os homens que possuem os instrumentos para realizar o trabalho, trabalham e nem sempre os que trabalham possuem esses instrumentos.

Dessa forma, as relações de propriedade são a base das desigualdades sociais, pois a divisão do trabalho permitiu que homens tomassem os meios de produção de outros e os fizessem trabalhar para eles. Assim, foi se desenvolvendo um conjunto de forças produtivas, onde havia esse tipo de organização do trabalho, onde um homem assumia o controle sobre as forças produtivas dominando assim o trabalhador expropriado de seus meios de produção. Esse processo foi chamado segundo Marx de

modo de produção, sendo o mais recente vigente na sociedade, o modo de produção capitalista.

Nessa perspectiva, Rodrigues menciona como Marx explica o processo de expropriação dos trabalhadores pelos capitalistas ao afirmar que:

O que aconteceu para Marx, é que os trabalhadores foram duplamente expropriados pelos capitalistas, isto é, deles foram subtraídas duas coisas: os meios de produção da vida material e o saber do qual dependia a fabricação de um produto e a própria posição social do artesão. Eles eram autossuficientes e passaram a se tornar dependentes dos capitalistas. (RODRIGUES, 2007).

No modo de produção capitalista, o trabalhador é separado do controle autônomo que exercia sobre seu trabalho e também do resultado do seu trabalho, ele enxerga o trabalho como sendo algo fora de si. O processo de alienação faz com que o trabalhador adquira uma falsa consciência da realidade em que vive, assim, a dominação entre uma classe social pela outra e a exploração de seu trabalho são fatos que lhe parecem ocorrer naturalmente, perdendo o poder de compreensão sobre o real processo histórico.

Ainda em sua obra “Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844”, Marx (2004) explica o conceito de alienação através dos seguintes aspectos: 1) em relação ao produto do trabalho; 2) no processo de produção; 3) em relação à existência do indivíduo enquanto membro do gênero humano e 4) em relação aos outros indivíduos.

1. *A alienação em relação ao produto do trabalho*: É referente ao estranhamento do trabalhador ao não se reconhecer num produto que tem dentro de si a essência do trabalhador. O produto final é destinado ao empregador e quanto mais o trabalhador produz, menos ele tem aquele produto para consumir, pois sua força de trabalho é usada para gerar lucro, porém o retorno desse trabalho não ocorre de forma justa para o trabalhador.
2. *A alienação no processo de produção*: Esse processo é a comprovação de que o indivíduo é forçado a trabalhar para garantir sua sobrevivência, o trabalho se torna estranho ao sujeito que tem que trabalhar para atender as exigências dos que exercem poder sobre ele. Dessa forma, o trabalho torna-se sacrificante, pois nunca se trabalha o necessário para viver e sim para gerar lucro para os empregadores.

3. *Alienação do sujeito enquanto pertencente ao gênero humano.* Essa forma de alienação, o sujeito alienado torna-se um sujeito vazio, desprovido de sua essência, pois não se reconhece no produto de seu trabalho e nem consegue enxergar uma possibilidade de mudança. Quando ele está separado de sua essência, de sua ligação com a comunidade, de seu trabalho, ele se individualiza. Não é mais membro de sua espécie, é só um indivíduo solitário, só se reconhece como trabalhador e esquece sua humanidade.
4. *Alienação em relação aos outros homens:* Trata-se da consequência da individualização do sujeito, onde o indivíduo se aliena dos outros indivíduos de sua mesma espécie, tornando-se indiferente a questões incomuns à sua realidade social, pois não se sente mais pertencente àquele grupo social. (MARX, 2004, p.84 – 86).

O trabalho na visão de Marx era a mais importante expressão da natureza humana. Por isso, caso o homem perdesse o controle sobre ele, entraria em um processo que levaria a sociedade à uma ordem social alienada, onde causaria uma crescente desigualdade, pobreza, antagonismo social e luta de classes. E dessa forma ocorreu.

Segundo Marx, o trabalho em relação ao sujeito:

[...] não é para ele mais do que um meio para poder existir. Ele trabalha para viver. O operário nem sequer considera o trabalho como parte de sua vida, para ele é, antes, um sacrifício de sua vida. É uma mercadoria por ele transferida a um terceiro. Por isso o produto de sua atividade não é tampouco o objetivo dessa atividade. O que o trabalhador produz para si mesmo não é a seda que tece, nem o ouro que extrai da mina, nem o palácio que constrói. O que produz para si mesmo é o salário, e a seda, o ouro e o palácio reduzem-se para ele a uma determinada quantidade de meios de vida, talvez a um casaco de algodão, umas moedas de cobre e um quarto no porão. E o trabalhador que tece, fia, perfura, torneia, cava, quebra pedras, carrega etc. durante doze horas por dia – são essas doze horas de tecer, fiar, tornear, construir, cavar e quebrar pedras a manifestação da sua vida, de sua própria vida? Pelo contrário. Para ele a vida começa quando terminam essas atividades, à mesa de sua casa, no banco do bar, na cama. As doze horas de trabalho não têm para ele sentido algum enquanto tecelagem, fiação, perfuração etc., mas somente como meio para ganhar o dinheiro que lhe permite sentar-se à mesa, ao banco de bar e deitar-se na cama. Se o bicho-da-seda fiasse para ganhar seu sustento como lagarta, seria o autêntico trabalhador assalariado. (MARX apud QUINTANEIRO e OLIVEIRA, 2002, p.52)

Nessa perspectiva, ter um sujeito conformado e impotente torna-se condição fundamental para a manutenção da estrutura econômica vigente na sociedade pautada no trabalho e na divisão de classes.

Desse modo, a sociedade é dividida baseada nas relações de produção vigentes, trazendo assim a divisão social classificando os homens em proprietários e não proprietários dos meios de produção, tendo de um lado os donos dos meios de produção, e do outro os não proprietários, os proletários da classe trabalhadora, que são explorados pelos capitalistas.

Diante desse cenário de divisão de classes criado e reproduzido pelo sistema capitalista, devemos discutir a respeito de que forma a consciência dessa classe subalterna que tanto foi e continua sendo explorada pela classe burguesa pode ser despertada.

Numa possível consciência de classe, ocorre o autoconhecimento do trabalhador e da sua situação, o que lhe revela, ao mesmo tempo, toda a estrutura da sociedade capitalista e seu próprio processo histórico enquanto classe. Tal consciência se constitui, portanto, como uma unidade dialética indissociável de teoria e prática, pois ao despertar-se da alienação, o sujeito toma ciência de sua condição como trabalhador explorado e pode começar a agir de forma solidária e organizada, com outros que possuem a mesma orientação na defesa dos seus interesses coletivos, gerando assim várias ações político-sociais de resistência.

Segundo Marx e Engels, ao adquirir consciência da sua posição de classe, o sujeito passa a agir de forma organizada nos diversos contextos sociais, em especial nos campos político e laboral. A esse tipo de movimentação por parte dos trabalhadores conscientes, é chamado luta de classes. Através de uma consciência crítica sobre seu modo de vida, torna-se possível uma atitude de resistência desse indivíduo sobre sua posição de classe.

Marx destaca a determinação social da consciência, mas ressalta a sua força atuante sobre a realidade no sentido de transformá-la: destaca, portanto, o lado ativo do sujeito, cuja atividade se torna também objetiva:

[...] na produção social da própria existência os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade;

estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo social político e intelectual. *Não é a consciência dos homens que determina o seu ser mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.* (MARX, 1978, p. 129-130, grifos nossos).

Nesse sentido, o modo de produção vigente na sociedade é o que determina o seu ser social, que por sua vez determina uma forma de consciência, condicionando o sujeito a um determinado modo de vida. Dessa forma, segundo Marx, a organização das classes subalternas é condição fundamental para uma possível mudança na estrutura social, pois é através da luta organizada que os segmentos subalternos da sociedade elevam sua consciência e sua solidariedade, formando assim sujeitos coletivos e ativos, que através de seus interesses em comum, possam lutar por melhores condições de vida.

Contudo, a luta do proletariado contra o capitalismo não deve se limitar à luta em organizações por melhores salários e condições de vida, mas principalmente deve ser uma luta ideológica para que o socialismo seja conhecido pelos trabalhadores e assumido como luta política pela tomada do poder. Nesse caso, um dos fatores fundamentais no processo de tomada de consciência do sujeito alienado seria a educação sendo ela formal ou informal, o processo educativo tem função ideológica sobre os sujeitos que são educados.

Dessa forma, o principal desafio na tomada de consciência por parte da classe dominada em relação à educação está no papel que a educação vem desempenhando ao longo do processo de produção capitalista na sociedade, ou seja, como esperar que a educação possa despertar a consciência de classe dos trabalhadores, se a mesma assume a função de alienadora a serviço do capitalismo?

CAPÍTULO II

EDUCAÇÃO A SERVIÇO DO CAPITAL: UMA ANÁLISE SOBRE O ATUAL CENÁRIO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.

A partir das relações de produção e da divisão do trabalho são exigidos novos modos de vida, valores, atitudes e comportamentos, logo, com o desenvolvimento do sistema de produção capitalista, fez-se necessário ajustar o homem de acordo com os interesses da ideologia capitalista. Para isso, foi preciso “educar” o trabalhador de modo que o mesmo atendesse às demandas do processo de produção e ao mesmo tempo justificasse sua crescente alienação sobre sua situação de exploração.

Kuenzer explica como se dá o processo de mudança nas relações de produção ao afirmar que:

A memorização de procedimentos necessária a um bom desempenho em processos produtivos rígidos passa a ser substituída pela capacidade de usar o conhecimento científico de todas as áreas para resolver problemas novos de modo original, o que implica em domínio não só de conteúdos, mas dos caminhos metodológicos e das formas de trabalho intelectual multidisciplinar, o que exige educação inicial e continuada rigorosa, em níveis crescentes de complexidade. A esta competência científico-tecnológica articula-se a demanda por competência ética, na dimensão de compromisso político com a qualidade de vida social e produtiva. Ao mesmo tempo, exigem-se novos comportamentos, em decorrência dos novos processos de organização e gestão do trabalho, onde as práticas individuais são substituídas por procedimentos cada vez mais coletivos, onde se compartilham responsabilidades, informações, conhecimentos e formas de controle, agora internas ao trabalhador e ao seu grupo (KUENZER, 1998, p. 19).

Dessa forma, conforme mudava o processo de produção e acumulação de capital, um novo método educacional se criava baseado unicamente nas demandas exigidas pelo capital. O acesso à educação foi garantido aos trabalhadores não por uma

questão de direitos, mas sim pela necessidade de obtenção de uma mão de obra adequada para o novo tipo de produção. Assim como o termo “competência” foi usado para justificar o real interesse do sistema que era a qualificação do trabalhador para o processo de produção.

Como desempenhava apenas uma função específica dentro do processo de produção, esse trabalhador não necessitava, por isso, de conhecimentos específicos de todo o processo, bastando, apenas, ser treinado para aquela determinada função e, assim, sendo facilmente substituído. Por esse motivo, o termo qualificação era adequado ao perfil do trabalhador exigido por esse modelo. Esse conceito de qualificação tinha como base a construção de conhecimentos profissionais e era definida pelo saber e pelo saber-fazer adquiridos no trabalho.

Esse processo de adaptação do trabalhador foi ocorrendo ao longo dos anos até os dias de hoje, onde a educação que deveria ser um instrumento de emancipação humana vem sendo utilizada para interesses do sistema de produção capitalista.

Diante do processo de divisão do trabalho, onde os meios de produção foram separados dos trabalhadores, conseqüentemente no processo educativo ocorre-se a mesma divisão, nesse caso com uma fragmentação de saberes, onde o saber científico e o saber prático são distribuídos desigualmente, sendo o saber técnico (operacional) direcionado aos trabalhadores e o saber científico (teórico) direcionado a classe economicamente dominante.

Dessa forma, a educação, na sociedade capitalista, é, segundo Marx e Engels, um elemento de manutenção da hierarquia social; ou o que Gramsci denominou como instrumento da hegemonia ideológica burguesa. Portanto, a educação na sociedade atual mantém-se articulada direta e indiretamente aos interesses do capital, pois é usada como estratégia de controle e disciplina, para que a classe dominante mantenha sua posição de poder.

Com isso, o processo educativo vigente torna-se historicamente classicista, ou seja, provido de uma só classe, nesse caso a classe dominante. Devido a isso, a educação da classe trabalhadora seria uma educação voltada para o controle social e para a segregação, onde a classe dominada não possa ter perspectiva de ascensão social. Conseqüentemente a instituição escolar agiu e ainda age como um aparelho ideológico

de Estado, onde reproduz uma relação de dominação que acaba contribuindo para o acirramento das diferenças de classe, assim como para a manutenção da ordem natural do sistema capitalista: classe dominante de um lado e classe trabalhadora de outro.

Conforme Kuenzer (2004, p. 84-85) essa fragmentação no processo pedagógico decorrente do sistema de produção taylorista é possível ser percebida em várias modalidades, onde a autora apresenta de uma forma ampla todas essas modalidades, porém, apresento em seguida resumidamente aquelas as quais considero mais significativas para o presente estudo:

- *Dualidade estrutural*: processo no qual se definem os tipos de escola de acordo com a origem de classe e o papel destinado a elas na divisão social e técnica do trabalho, ou seja, cada escola assume uma função diferenciada segundo os interesses do sistema de produção vigente;
- *A fragmentação curricular*: os saberes são divididos por áreas e disciplinas, onde são trabalhadas isoladamente, sendo tratadas como saberes autônomos entre si, a teoria sendo separada da prática, a consciência separada da ação, ou seja, os conhecimentos são separados por uma grade curricular que isolam os conteúdos, extinguindo as relações entre as disciplinas;
- *Estratégia de formação de professores*: a capacitação dos professores é feita de forma parcelada por temas e disciplinas, onde dividem os professores por especialidades, dificultando assim uma discussão sobre o trabalho pedagógico em sua totalidade dentro do espaço escolar.

Nessa perspectiva, o que determina a função da escola na sociedade é o sistema de produção em vigência, o que torna a escola produtiva e improdutiva ao mesmo tempo. Frigotto (1993) afirma que a escola torna-se funcional ao capitalismo devido a sua ineficiência, ao apontar que:

Sua improdutividade, dentro das relações capitalistas de produção, torna-se produtiva na medida em que a escola é desqualificada para a classe dominada, para os filhos dos trabalhadores, ela cumpre, ao mesmo tempo, uma dupla função na reprodução das relações capitalistas de produção: justifica a situação de explorados e, ao impedir o acesso ao saber elaborado, limita a classe trabalhadora na sua luta contra o capital (FRIGOTTO, 2001, p. 224).

Conforme esta afirmativa fica claro que a educação direcionada às classes dominantes não é a mesma para a classe trabalhadora. Há uma desqualificação do trabalho escolar resultante de teorias que orientam a forma de organizar e conduzir a prática educativa e de reformas que indicam os rumos das políticas educacionais baseadas numa pedagogia tradicional capitalista.

As concepções pedagógicas então são categorizadas conforme suas práticas e metodologias. Dessa forma, Saviani (2005, p. 31) denomina o conceito de escola tradicional, como sendo detentora de uma pedagogia com práticas e métodos tradicionais, e também a denominação positivista neoliberal, pois a mesma é voltada para o mercado e para os interesses do capital, onde existe o tempo de ensinar e o tempo de avaliar, enquanto momentos diferentes, separados entre si. Nesta visão conservadora, a educação sempre é planejada de cima para baixo, criando-se assim uma escola burocrática e uniformizadora.

Essa visão de educação está internalizada na sociedade, onde muitos não percebem a sua lógica excludente que torna a escola incompetente em vários aspectos, pois não oferece uma educação integral de qualidade a todas as pessoas. Saviani (2000, p. 96) nos lembra de que deve haver “a possibilidade de se articular uma proposta pedagógica cujo ponto de referência, cujo compromisso seja a transformação da sociedade e não sua manutenção, a sua perpetuação”.

Outras críticas relacionadas ao modelo educacional tradicional atual referem-se ao distanciamento dos projetos educacionais com a realidade do contexto do aluno; o distanciamento da linguagem do professor para com o aluno; o desligamento do contexto sócio-político e econômico – as diferenças de classes sociais são ignoradas; o suposto “conhecimento” tratado pelo sistema é dado como uma realidade total e única; a manutenção do sistema ideológico burguês – a escola reproduz o ambiente de trabalho com hierarquias e divisão do trabalho entre os que pensam e os que fazem.

Todos esses fatores acabam sendo determinantes para a problemática do fracasso escolar, que se manifesta da forma mais elevada devido à falta de políticas educacionais que estejam comprometidas com os interesses e necessidades das classes dominadas. Tem-se, assim, a inexistência de um processo escolar que possa atender às necessidades

e particularidades das classes populares, de modo que estas possam fazer parte na construção do processo de ensino.

Com isso podemos afirmar que a situação da educação no Brasil também se baseia na ideologia do capital. A educação integral do homem é desvalorizada e, conseqüentemente, é a formação profissional que vigora entre as classes trabalhadoras. A grande parcela da sociedade recebe uma educação unilateral a serviço do mercado e do capital, onde a educação profissional é concedida separadamente de uma formação cultural e consciente. Sem esta formação básica integrada à formação profissional, só resta aos trabalhadores um adestramento, polivalente, cujo objetivo é formar trabalhadores obedientes.

Kuenzer (1997) afirma que a educação, do sistema regular de ensino, tem uma intenção clara, que é a de preparar os pobres para atuarem no sistema de produção, nas profissões de níveis inferiores. A autora diz que o que ocorre na escola não é o processo de produção e também reprodução do conhecimento para esta, mas sim uma transmissão de conhecimentos, com conteúdos vazios de criticidade que formam o aluno, com capacidades e atitudes flexíveis que é facilmente substituído na nova ordem do mercado.

E é esse tipo de educação, reproduzida na maioria das instituições formais de ensino, que o teórico Paulo Freire denomina de educação bancária, pois os conteúdos são “depositados” na mente dos sujeitos de uma forma mecânica e sem sentido, como se a escola fosse uma fábrica e o produto final seria o aluno criado para apenas obedecer sem questionar. Na perspectiva bancária de educação, os conteúdos são desligados do contexto de vida do aluno, a comunicação é unilateral, a metodologia se dá através da exposição oral pelo professor e a avaliação tem como função, neste contexto, selecionar, classificar e contabilizar.

A partir dessa lógica, a educação torna-se um mecanismo de condicionamento e um instrumento que obedece às necessidades do sistema produtivo a fim de manter e a fortificar o capitalismo. Portanto, apesar da educação sozinha não ser capaz de perpetuar o sistema vigente, Mészáros (1995) diz que:

Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou consenso quanto for capaz, a partir

de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados (MÉSZÁROS, 1995, p. 45).

Diante disso, a educação formal na sociedade atual ainda é em sua grande maioria utilizada como forma de subordinação, pois ajuda a reafirmar as diferenças de classes e contribui para um processo de exclusão social, embora se tenha um status de educação democrática, acessível a todos. Legalmente, a escola é direito de todo o cidadão, mas essa inclusão mascara a realidade do modelo educacional que é seletivo e excludente, onde os conteúdos são apenas reproduzidos isoladamente sem nenhum sentido.

O atual sistema educativo de um modo geral, sobretudo no Brasil, vem confirmando o que se diz sobre reprodução, exclusão e dominação. Algumas escolas até constroem projetos político-pedagógicos pautados em uma educação integral do sujeito, visando sua libertação e consciência crítica, como por exemplo, a pedagogia freireana, onde muitas escolas adotam um ideal de educação voltado para a libertação da alienação e para a organização das classes oprimidas. Cabe ressaltar que dissertarei mais sobre a pedagogia de Paulo Freire no capítulo seguinte.

Contudo, apesar desses projetos existirem e serem praticados por algumas escolas, constituem ações isoladas e não fazem parte da realidade da educação brasileira, que na maioria das vezes, são postos em andamento os projetos políticos-pedagógicos que convalidam o sistema e não representam uma ameaça para a ordem social. Com isso, a educação que poderia exercer um papel facilitador da emancipação humana acaba exercendo um caminho contrário, ajudando na manutenção de um sistema opressor e desigual.

Conforme o constante retrocesso no paradigma de educação vigente torna-se imprescindível uma reflexão a respeito de estratégias para mudar a situação, e, partindo do pressuposto de que somos educados para a manutenção da alienação, o primeiro passo para que isso ocorra é a tomada de consciência dessa alienação também pelo processo educacional para que posteriormente possamos discutir meios de alterar essa situação num âmbito mais extenso.

CAPÍTULO III

A EDUCAÇÃO COMO MEDIADORA DA EMANCIPAÇÃO HUMANA: A PRÁXIS PEDAGÓGICA SOCIALISTA.

A discussão na qual estamos inseridos como investigadores nos remete ao ponto de conexão que apresentamos aqui. Por conta disso, o referencial aqui privilegiado teve por objetivo destacar o processo educacional vigente na educação básica, tomando por base duas questões norteadoras: a educação utilizada como um mecanismo de controle das massas pela alienação e de que forma essa mesma educação pode contribuir para o processo de emancipação e libertação do homem.

Partindo desse pressuposto, RODRIGUES (2007, p. 42) afirma que “para Marx e Engels não existe ‘educação’ em geral. Conforme o conteúdo de classe ao qual estiver exposta, ela pode ser uma educação para a alienação ou uma educação para a emancipação”. Nesse sentido, busquei elucidar a função alienadora que a educação exerce no mundo capitalista, assim como pretendo discorrer sobre a educação a partir de um viés transformador no sentido da emancipação humana, identificando nela estratégias importantes para a conscientização do homem, libertando-o da exploração do capital.

De acordo com FRIGOTTO:

Para os trabalhadores e educadores que atuam nos diferentes espaços da sociedade e na escola e que têm uma visão crítica às relações sociais capitalistas compete lutar, no plano teórico e da prática, por uma educação que desenvolva todas as dimensões do ser humano. A isso denominamos uma educação omnilateral ou politécnica. Por isso, pensar de uma maneira ou de outra faz uma diferença radical. Ou seja, de reproduzir e legitimar a exploração e alienação ou de combatê-la e, de dentro desta sociedade, buscar superá-las. (FRIGOTTO, 2007, s/p).

Sendo a educação um mecanismo de reprodução da realidade, podemos dizer que para desenvolver uma escola verdadeiramente igualitária só é possível mediante a

um novo tipo de sociedade. Porém compreendemos que é possível atuar desde já no sentido de transformar a sociedade e a escola que estão no horizonte da nossa utopia, buscando através do pensamento marxista inspiração para pensar uma educação na perspectiva do processo de emancipação do homem.

Dessa forma, é de extrema importância que tanto os educadores quanto os demais trabalhadores desenvolvam uma visão crítica sobre suas realidades no sistema capitalista, aprendendo assim a diferenciar e estabelecer limites sobre essa educação alienadora para que baseados em suas contradições, possa se construir uma educação verdadeiramente emancipatória que vise à formação plena do homem.

Em relação à questão da superação dessa educação alienadora, é pela própria educação que se faz possível essa transformação, não em sua totalidade, vez que Marx já o demonstrou de diferentes formas que a superação efetiva da alienação supõe, necessariamente, a supressão da propriedade privada dos meios de produção. Enquanto isto não ocorrer, toda forma de educação terá nas sociedades divididas em classes, tipo a sociedade atual capitalista, um papel contraditório de veiculação da ideologia dominante e de instrumento de luta conta isto. A educação contribuirá plenamente no processo de emancipação do homem somente quando a sociedade enfim estiver organizada sobre bases comunistas que Engels explicita de forma clara no seguinte fragmento:

A educação dará aos jovens a possibilidade de assimilar rapidamente na prática todo o sistema de produção e lhes permitirá passar sucessivamente de um ramo de produção a outro, segundo as necessidades da sociedade ou suas próprias inclinações. Por conseguinte, a educação nos libertará desse caráter unilateral que a divisão atual do trabalho impõe a cada indivíduo. Assim, a sociedade organizada sobre bases comunistas dará a seus membros a possibilidade de empregar em todos os aspectos suas faculdades desenvolvidas universalmente (ENGELS in RODRIGUES, 2007, p. 48).

A educação, neste contexto, em especial a educação escolar, entendida como espaço de luta na perspectiva da contradição, no sentido de que a escola no capitalismo serve de via para a manipulação das consciências a favor da reprodução desse sistema. Por outro lado, ela serve também de instrumento de luta contra-ideológica de resistência e superação desta condição.

Do ponto de vista da contradição, tem-se sempre alguma margem de ação possível, real e concreta no sentido contrário à manipulação e

dominação exercida pela sociedade sobre a escola e as pessoas. Ademais, conforme registra Snyders (1981, p. 356), “quem diz luta diz possibilidade de avanço e naturalmente também de derrota”; isto significa que a inutilidade da luta de classes na escola somente parece inútil quando se fixa apenas nas derrotas (ALVES, 2002, p.116).

Rumo à uma emancipação plena do homem, a educação deve servir como uma ferramenta de conscientização e de formação humana do trabalhador apesar dos limites impostos pela realidade concreta da escola sob a lógica do capital procurando explorar as brechas do sistema para a conquista de avanços na melhoria das condições de vida da classe trabalhadora.

A partir dessa perspectiva, os estudos e pesquisas bibliográficas se tornam fundamentais para pensarmos em propostas educacionais, assim como discutirmos sobre qual papel a escola, enquanto instituição de formação está inserida na sociedade e qual a sua função social.

Nesse sentido, PRESTES confirma essa posição ao afirmar que:

A escola deve, portanto, ter compromisso com a constituição das estruturas mentais, com a formação de sujeitos capazes de operar formalmente para que se criem as condições necessárias à tomada de consciência e, de forma articulada com a prática, se dê a ruptura com o caráter ideológico, mistificador de uma racionalidade que desumaniza (PRESTES, 2003, p. 98).

Portanto, é preciso uma reflexão a respeito de como a educação pode conduzir através de suas práticas, uma formação para a emancipação. Como a escola pode contribuir para um pensamento mais crítico, consciente e coerente? É necessário antes de tudo que a educação forme os sujeitos para pensar criticamente.

Pensar criticamente implica superar o nível da consciência ingênua, o senso comum, no qual o oprimido não consegue perceber a opressão à qual está sujeito e nem que existe um opressor, que não só “criou” a miséria mas se alimenta dela. A passagem para a consciência crítica, neste caso, é permitir ao oprimido conseguir perceber-se oprimido e quem está usufruindo desta sua condição. Ou seja, ao atingir o nível de pensar crítico implica que o sujeito seja oprimido e que saiba que é oprimido e quem é seu opressor. Claro está, no entanto, que a simples tomada de consciência da sua condição de oprimido não o livra da opressão, mas é condição necessária para trazer os sujeitos à luta pela real superação desta condição.

Podemos afirmar que a educação aparece como instrumento para o conhecimento e conseqüentemente para a transformação da sociedade e do mundo, pois possui o poder de despertar a consciência e um caráter transformador. A classe trabalhadora não conquista sua consciência política e de classe por si só, justamente pelo fato de ter sido privada desde o início dos meios que lhe permitiriam consegui-la. Por isso, é necessário pensar num processo educativo construído e voltado aos interesses da classe explorada. Nesse sentido, é fundamental a participação de todos os atores educacionais, os quais, em nosso entender, são decisivos para a construção da consciência de classe do trabalhador.

Com isso, Marx e Engels vão inspirar uma concepção de educação com base na integração entre ensino e trabalho denominada de ensino politécnico ou formação omnilateral, ou seja, uma formação que una o ensino técnico a outros saberes, para que o sujeito desenvolva suas potencialidades e possa atuar ativamente na sociedade. A formação omnilateral visa o rompimento com a formação do homem limitado, sendo contrária à formação unilateral que visa o trabalho alienado, a divisão social do trabalho, e a manutenção das relações de dominação.

De um modo geral, a formação desse sujeito omnilateral propõe uma articulação entre educação e trabalho, colocando em cheque os processos associados à alienação, pois essa alienação se consolida, dentre outros fatores, na separação e na negação da dimensão educadora existente no processo de trabalho e que estabelece a separação entre a escola/mundo do trabalho.

Essa integração seria uma das possíveis formas de superar as dicotomias existentes e buscar a emancipação do ser humano, onde através desta educação omnilateral o ser humano iria desenvolver-se numa perspectiva abrangente isto é, em todos os sentidos. Conforme Gadotti (1984, p. 54-55):

A integração entre ensino e trabalho constitui-se na maneira de sair da alienação crescente, reunificando o homem com a sociedade. Essa unidade, segundo Marx, deve dar-se desde a infância. O tripé básico da educação para todos é o ensino intelectual (cultura geral), desenvolvimento físico (ginástica e esporte) e aprendizado profissional polivalente (técnico e científico).

Na concepção socialista, a educação assume um caráter dinâmico, transformador, tendo sempre o ser humano e sua dignidade como ponto de referência,

ao contrário da sociedade capitalista contemporânea, onde a educação reproduz o sistema dominante tanto ideologicamente quanto nos níveis técnico e produtivo. Nessa perspectiva, acredito que a educação omnilateral pode contribuir para que o ser humano possa ser liberto dessa alienação submetida pelo modo de produção capitalista, podendo assim ter consciência de seu papel na sociedade de classes.

Outro modelo de educação muito importante para uma futura transformação social é o do pedagogo e teórico da educação Paulo Freire, pois se diferencia da educação tradicional e condena dentre outras coisas a dependência dominadora, ou seja, a relação de dominação do educador sobre o educando, visando uma prática educativa crítica e libertadora.

Na ação educativa libertadora há uma relação de troca horizontal entre educador e educando, de modo que se desenvolva uma atitude de transformação da realidade conhecida. Por isso, podemos dizer que a educação nesse viés é libertadora, pois acima de tudo é uma educação que conscientiza, pois busca o conhecimento da realidade a fim de transformá-la. Nesse sentido, para pensarmos em uma transformação da realidade social, é preciso tomar consciência dessa realidade e essa tomada de consciência é fortemente favorecida através da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões expostas ao longo desse estudo, podemos concluir que a educação é uma ferramenta importante de condução social, que pode ser utilizada tanto para o controle e manutenção da exploração da classe trabalhadora, ou pode também ser utilizada para a libertação de uma consciência crítica dessa classe.

Foi constatado também que na sociedade atual, a educação continua direta ou indiretamente servindo aos interesses do capitalismo, pois mantém uma formação unilateral e técnica visando somente o mercado de trabalho, mascarando assim a realidade de exploração e desigualdades sociais praticadas por esse modelo. Desse modo, cabe ressaltar que a educação através desse papel, se vincula ao sistema capitalista e auxilia no processo de contração do poder em poucas mãos.

Diante dessa afirmativa, faz-se necessário levantar as críticas necessárias para que se construam ações estratégicas a fim de que esse vínculo entre educação e capital enfraqueça e possa assim se romper em algum futuro.

Portanto, para pensarmos em uma educação que de fato forme o sujeito como um todo é preciso apontar o caráter ideológico da pedagogia burguesa e organizar movimentos socioeducativos de modo a buscar um processo de emancipação humana. Assim, além das teorias construídas e discutidas ao longo de nossa formação, também é fundamental nossa atuação acadêmica e política a favor da luta contra os interesses unilaterais da sociedade e da escola capitalista.

Como educadores que se querem críticos, precisamos questionar as teorias e práticas que mascaram os verdadeiros objetivos efetivados pela educação escolar. Precisamos pôr em prática os fundamentos de uma educação que leve os sujeitos a desenvolverem uma consciência clara de sua realidade, para que percebam como ocorre o processo de formação e manutenção da estrutura da sociedade capitalista e assim poderem transformá-la.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Dalton. **A filosofia no ensino médio**: ambiguidades e contradições na LDB. Prefácio de Sílvio Gallo. Campinas: Autores Associados/Fapesp, 2002.

ARANHA, Maria L. A. **Filosofando**: introdução à filosofia. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1993.

ESTEBAN, Maria Teresa (org). **Avaliação**: uma prática em busca de novos sentidos. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 1999.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FRIGOTTO, G. A. Os jovens e o ensino técnico. **Observatório Jovem**. Rio de Janeiro, 18 dez. 2007. Entrevista. Disponível em: http://www.uff.br/obsjovem/mambo/index.php?option=com_content&task=view&id=398&Itemid=5>. Acesso em: 07. dez.2013.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista. 6ª. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1984.

KONDER, Leandro. Marx e a sociologia da educação. In: **Sociologia para educadores**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

KUENZER, A. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1998.

KUENZER, A. Z. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, C. F.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Orgs) **Capitalismo, trabalho e educação**. 3 ed. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2004.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. Prefácio de Para a crítica da economia política. In: MARX, K. **Manuscrítos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Os Pensadores).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Crítica da Educação e do ensino**. Introdução e notas e Roger Dangeville. Lisboa, Portugal: Moraes, 1978.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 6ª. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PRESTES, N. H. A razão, a Teoria Crítica e a Educação. In: PUCCI, Bruno (org). **Teoria Crítica e Educação: a questão da formação cultural na Escola de Frankfurt**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

QUINTANEIRO, T.; OLIVEIRA, M. Karl Marx. In: BARBOSA, M (org.). **Um Toque de Clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2ª ed. rev. e amp. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p. 27-60.

RENAULT, Emmanuel. **Vocabulário de Karl Marx**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

RODRIGUES, Alberto Tosi. Sociologia, educação e emancipação. In: **Sociologia da educação**. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **As concepções pedagógicas na história da educação brasileira**. Campinas: Histedbr, 2005. (Projeto de Pesquisa “O espaço acadêmico da pedagogia no Brasil).

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETI, Celso J. (org.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 1994.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política**. 33. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

SINGER, Paul. **O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica**. São Paulo: Moderna, 1987.

SNYDERS, Georges. **Escola, Classe e Luta de Classes**. Lisboa: Moraes, 1981.